

RMVALE EM TRANSFORMAÇÃO: O TRABALHO PRECARIZADO NO CONTEXTO DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO (ODS 8)

Andiara Vicente
Marcelo Lima
Moacir José dos Santos
Monica Franchi Carniello

(Universidade de Taubaté)

Resumo

A presente pesquisa analisa os impactos da desindustrialização na precarização do trabalho na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVale). Historicamente marcada pela forte presença industrial, a região tem vivenciado, nas últimas décadas, um processo de retração econômica que compromete a estabilidade do mercado de trabalho. O estudo adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentada em revisão bibliográfica e análise de dados secundários provenientes de fontes como CAGED, RAIS, IBGE, DIEESE e observatórios regionais. Os resultados evidenciam que a desindustrialização contribuiu para o aumento da informalidade, da terceirização, dos contratos temporários e do trabalho mediado por plataformas digitais, resultando em salários mais baixos, instabilidade ocupacional e perda de direitos trabalhistas. A análise revela, ainda, que a precarização do trabalho aprofunda as desigualdades socioeconômicas e agrava a vulnerabilidade social na RMVale. Conclui-se que a dinâmica regional exige políticas públicas voltadas à diversificação econômica, reindustrialização e valorização do trabalho decente, a fim de enfrentar os desafios decorrentes da transformação do perfil produtivo da região.

Palavras-chave: Desindustrialização; Precarização do Trabalho; RMVale; Mercado de Trabalho; Desenvolvimento Regional.

Introdução

A Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVale) tem uma trajetória histórica fortemente marcada pela industrialização, especialmente a partir da segunda metade do século XX. Com a instalação de grandes indústrias

automobilísticas, aeroespaciais e de bens de consumo duráveis, a região consolidou-se como um importante polo econômico do Estado de São Paulo, gerando empregos formais e promovendo o crescimento urbano e social. Contudo, nas últimas décadas, observa-se um processo de desindustrialização que afeta não apenas a base produtiva, mas também a estrutura do mercado de trabalho local, um fenômeno que, segundo Pochmann (2001), “não é apenas a perda de fábricas, mas a mudança estrutural de toda a dinâmica produtiva e social de uma região”.

Analisar a relação entre desindustrialização e precarização do trabalho na RMVale se mostra fundamental, uma vez que tais fenômenos impactam diretamente na qualidade de vida da população e nos padrões de desenvolvimento regional. Como destaca Antunes (2018), a reconfiguração produtiva, impulsionada pela lógica do capital globalizado, intensifica a precarização do trabalho, ampliando a informalidade, a instabilidade e a perda de direitos. Nesse contexto, Castel (1998) aponta que a precarização implica “na perda de estabilidade, de direitos trabalhistas e na ampliação de formas atípicas de emprego”, revelando a gravidade dos efeitos sociais desse processo.

Ademais, regiões historicamente industrializadas enfrentam desafios significativos ao perderem sua base industrial, sendo forçadas a reinventar suas economias sob novas bases produtivas. Dessa forma, compreender essas dinâmicas é essencial para analisar os desafios contemporâneos enfrentados pelos trabalhadores da RMVale e propor alternativas para a construção de um desenvolvimento econômico mais inclusivo e sustentável.

O objetivo deste artigo é analisar os impactos da desindustrialização na precarização do trabalho na RMVale, evidenciando as transformações recentes no perfil do emprego e nas relações de trabalho na região. Para tanto, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, baseada em revisão bibliográfica e análise de dados secundários sobre mercado de trabalho e estrutura industrial.

Revisão da literatura

Desindustrialização no Brasil

O fenômeno da desindustrialização tem ganhado destaque nos debates econômicos brasileiros nas últimas décadas. A partir de uma perspectiva teórico-conceitual, o estudo de Oreiro e Feijó (2010) propõe uma análise crítica sobre a natureza, as causas e os efeitos da desindustrialização, com especial atenção ao caso brasileiro. A pesquisa estrutura-se inicialmente em torno da definição precisa do termo, diferenciando-o de conceitos correlatos como a "primarização das exportações" e a "doença holandesa", para então examinar suas origens e consequências econômicas.

Segundo Oreiro e Feijó (2010), a desindustrialização não se resume ao declínio absoluto da produção industrial, mas refere-se à redução persistente da participação da indústria no emprego total e no valor adicionado ao PIB. Assim, mesmo em contextos de crescimento físico da produção industrial, uma economia pode estar se desindustrializando se o setor manufatureiro perder importância relativa. Esse entendimento é fundamental para evitar confusões frequentes, nas quais aumentos localizados de produção são interpretados como sinais de reindustrialização, mascarando processos estruturais de longo prazo.

As causas da desindustrialização são classificadas em internas e externas. Internamente, o processo de desenvolvimento econômico eleva a elasticidade-renda da demanda por serviços em comparação aos manufaturados. Paralelamente, a produtividade da indústria tende a crescer mais rápido do que a dos serviços, fenômeno que torna inevitável, em estágios mais avançados de desenvolvimento, uma redução da participação relativa da indústria no PIB e no emprego (Oreiro e Feijó, 2010). Externamente, a crescente integração comercial internacional gera especializações produtivas distintas entre os países: alguns, como China e Alemanha, fortalecem sua indústria; outros, como Estados Unidos e Reino Unido, deslocam-se para o setor de serviços (Oreiro e Feijó, 2010).

Particular atenção é dada à chamada desindustrialização precoce, associada ao fenômeno da "doença holandesa". Nesse caso, a valorização excessiva da moeda nacional, provocada pela exportação de commodities de alto valor, compromete a competitividade da indústria, levando à sua retração antes que o país tenha alcançado níveis satisfatórios de desenvolvimento industrial (Oreiro e Feijó, 2010). Essa forma

de desindustrialização é especialmente grave, pois mina as bases para um crescimento sustentável de longo prazo.

Os efeitos da desindustrialização são abordados criticamente em relação à visão neoclássica, que tende a desconsiderar a importância da composição setorial para o crescimento econômico. Na perspectiva heterodoxa adotada pelos autores, a indústria é vista como o motor do crescimento sustentável, por concentrar efeitos de encadeamento, economias de escala dinâmicas e progresso tecnológico (Oreiro e Feijó, 2010). A indústria manufatureira, além de impulsionar ganhos de produtividade, é crucial para aliviar a restrição externa ao crescimento, considerando a maior elasticidade-renda das importações de bens manufaturados em comparação às commodities.

O estudo avança para a análise do caso brasileiro, apresentando evidências claras de um processo de desindustrialização a partir da segunda metade da década de 1980, intensificado nos anos 1990 com a abertura comercial e financeira, as privatizações e a sobrevalorização cambial (Oreiro e Feijó, 2010). Pesquisas realizadas por Marquetti (2003), Bonelli (2005), Feijó et al. (2005) e Almeida (2005) apontam a queda da participação da indústria de transformação no PIB e no emprego como traços inequívocos desse processo. Apesar de certo dinamismo registrado após a adoção do regime de câmbio flutuante em 1999, sinais preocupantes, como o aumento do déficit comercial de manufaturados de alta tecnologia e a contínua valorização do real, indicam a continuidade do processo de desindustrialização nos anos 2000.

A hipótese de uma reindustrialização brasileira entre 2004 e 2008 é contestada por Oreiro e Feijó (2010). A análise do valor adicionado da indústria e das taxas de crescimento relativas entre a indústria e o PIB mostra que, na maioria dos anos após 1996, a indústria cresceu menos que o PIB total, indicando perda de dinamismo relativo. Ademais, o saldo comercial da indústria, especialmente nos setores de média e alta tecnologia, deteriorou-se fortemente no período, reforçando a tese da influência da "doença holandesa" sobre a trajetória industrial brasileira.

A pesquisa conclui que o Brasil passou por um processo claro de desindustrialização entre 1986 e 1998 e que há fortes indícios da persistência dessa tendência nas décadas seguintes, ainda que as limitações metodológicas nas Contas

Nacionais dificultem comparações diretas (Oreiro e Feijó, 2010). A valorização cambial resultante do boom das commodities e a consequente primarização das exportações consolidam o diagnóstico de uma "doença holandesa" estrutural, que ameaça o potencial de crescimento de longo prazo do país.

Diante desse cenário, Oreiro e Feijó (2010) defendem a necessidade de políticas públicas que enfrentem a valorização cambial crônica, estimulem a inovação industrial e protejam setores estratégicos da economia. Somente por meio da reversão da tendência de desindustrialização precoce será possível ao Brasil alcançar um desenvolvimento econômico sustentável e inclusivo.

Na RMVale não foi diferente, a região enfrentou forte desindustrialização de 2010 a 2019, conforme na tabela abaixo:

Figura 1 - Total Geral de Empregos Formais na Indústria de Transformação

Localidades	Dezembro 2010	Dezembro 2019	Variação absoluta	Variação em percentual
Brasil	8.186.110	7.193.369	-992.741	-12,13%
Estado de São Paulo	2.861.941	2.340.271	-521.670	-18,23%
RM Vale*	130.672	113.007	-17.665	-13,52%
São José dos Campos	46.063	36.551	-9.512	-20,65%
Taubaté	26.616	18.592	-8.024	-30,15%
Jacareí	13.696	14.515	819	5,98%
Pindamonhangaba	10.378	9.846	-532	-5,13%
Guaratinguetá	5.156	5.180	24	0,47%
Caçapava	8.506	8.148	-358	-4,21%
Cruzeiro	8.264	6.810	-1.454	-17,59%

Fonte: Vieira, Edson; Santos, Moacir. (2023)

Precarização do trabalho

As últimas décadas foram marcadas por uma profunda reconfiguração das relações de trabalho e da organização dos espaços urbanos, tanto no Brasil quanto em escala global. O volume 59 da revista Cadernos Metrópole (2024) dedica-se à

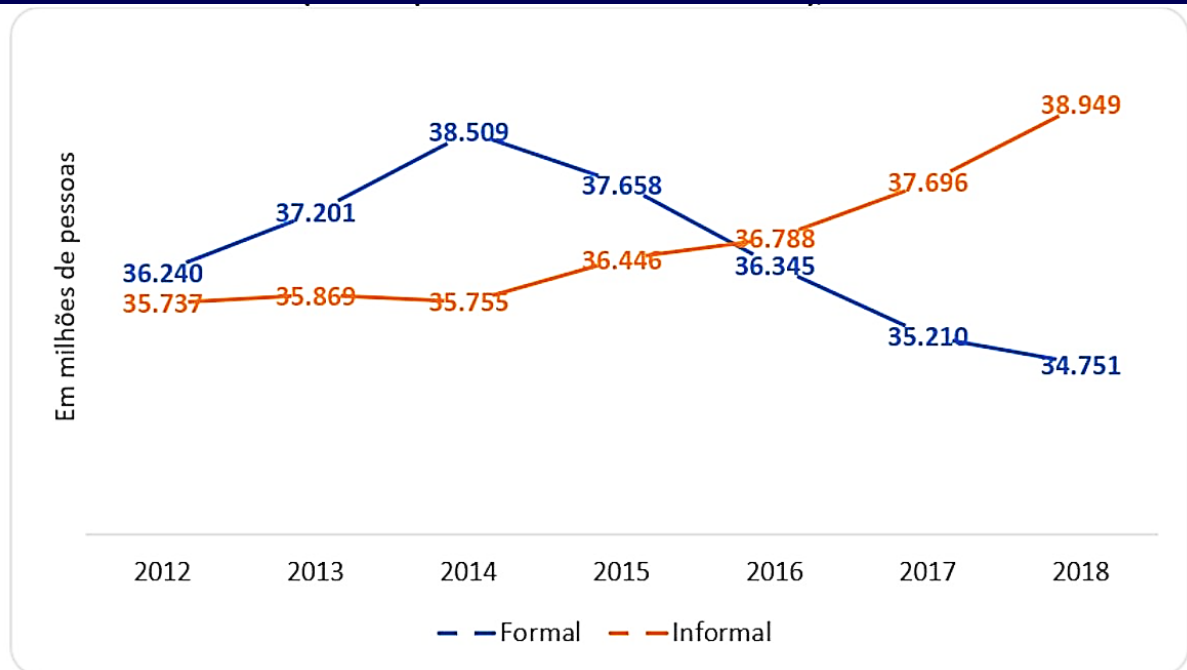
análise desse processo, destacando como a precarização do trabalho, a expansão da informalidade e as novas dinâmicas territoriais refletem transformações estruturais da economia e da sociedade. Os artigos apresentados no volume indicam que essas tendências estão intimamente relacionadas à financeirização global, à hegemonia neoliberal e à emergência da economia digital.

Desde os anos 1980, o padrão mundial de acumulação de capital passou por mudanças substanciais. O esgotamento do modelo fordista, a reestruturação produtiva, a desindustrialização em diversas economias e a crescente financeirização do capital originaram novos regimes de trabalho (CLEMENTINO; ARAÚJO; MIOTO, 2024). No Brasil, esses movimentos foram aprofundados por políticas internas de liberalização econômica e flexibilização do mercado de trabalho, intensificadas especialmente após a década de 1990. Reformas trabalhistas que pretendiam ampliar o emprego formal, na prática, contribuíram para precarizar ainda mais relações de trabalho historicamente frágeis, ampliando desigualdades sociais e territoriais.

Um dos pontos centrais destacados é a permanência de uma estrutura social piramidal nas metrópoles brasileiras, mesmo após melhorias relativas na distribuição de renda entre 2004 e 2014. Como observa Ribeiro (2024), utilizando dados da PNAD e da PNAD Contínua, apesar da redução relativa da desigualdade, as posições ocupadas pelos indivíduos no mercado de trabalho permaneceram estáticas, evidenciando a dificuldade histórica brasileira em promover uma mobilidade social efetiva e sustentável.

A partir de 2015, com a crise econômica, política e sanitária, observou-se um aprofundamento da informalidade e da precarização das condições de trabalho. A resposta política voltou-se novamente à flexibilização de direitos, culminando na Reforma Trabalhista de 2017. Contudo, estudos indicam que a flexibilização não resultou em maior dinamismo no mercado de trabalho, mas sim no aumento da vulnerabilidade dos trabalhadores, na intensificação da rotatividade e na redução dos rendimentos médios (CLEMENTINO; ARAÚJO; MIOTO, 2024).

Figura 2 – Trabalho formal (com carteira) e informal (sem carteira e conta própria) no setor privado (incluindo trabalho doméstico), Brasil:2012-2018



Fonte: IBGR – Retrospectiva 2012-2018 PNADC

Outro aspecto relevante analisado é a ascensão da economia de plataformas e o fenômeno da "uberização" do trabalho. Fioravanti, Rangel e Rizek (2024), bem como Fernandes et al. (2024), demonstram como os modelos baseados em aplicativos de transporte e entrega impõem uma nova lógica de exploração: o controle algorítmico. Nessa configuração, trabalhadores são monitorados em tempo real, têm rendimentos imprevisíveis e carecem de qualquer proteção social efetiva. Além disso, a dispersão e atomização dos trabalhadores dificultam sua organização coletiva.

Apesar do cenário adverso, formas de resistência emergem. Como analisam Castelo Branco e Souza (2024), iniciativas de organização entre trabalhadores de aplicativos mostram que, mesmo sob condições extremamente precárias, é possível construir práticas de solidariedade e luta, inclusive em articulações transnacionais.

O volume também aborda a relação entre a precarização do trabalho e a precarização do território. O enfraquecimento dos direitos laborais caminha lado a lado com o avanço da informalidade habitacional e da segregação socioespacial. Segundo Santos e Santos (2024), a urbanização brasileira, longe de promover inclusão, reforça desigualdades, produzindo espaços periféricos cada vez mais vulneráveis, muitas vezes com participação ativa da omissão ou da violência estatal.

A deterioração das condições urbanas é interpretada, ainda, como expressão de uma crise mais ampla do urbano brasileiro. Para Ribeiro et al. (2024), o urbano tornou-se "antinacional", refletindo a crescente subordinação dos territórios urbanos aos interesses financeiros globais, em detrimento das necessidades sociais e do direito à cidade.

No plano internacional, o dossiê situa a crise urbana e trabalhista brasileira em um quadro mais amplo. Martins (2024) argumenta que o mundo atravessa uma nova fase de crise sistêmica, marcada pelo declínio da hegemonia dos Estados Unidos e pela ascensão de novos polos de poder, como China e Rússia. Esse rearranjo geopolítico afeta diretamente tanto as dinâmicas econômicas globais quanto as condições locais de precarização e resistência. Como contraponto, Jabbour et al. (2024) analisam o "caminho chinês", enfatizando a importância do planejamento estatal e da construção de alternativas ao modelo neoliberal dominante.

Em síntese, o dossiê "Precarização do Trabalho, Nova Informalidade e Território" revela que a atual configuração do mercado de trabalho e dos espaços urbanos no Brasil resulta de processos históricos de longa duração, intensificados pelas transformações recentes no capitalismo global. A precarização do trabalho e a fragmentação territorial não são fenômenos isolados, mas expressões interligadas de um sistema que privilegia a acumulação financeira em detrimento da reprodução social. Reconhecer essa realidade é fundamental para a formulação de políticas públicas capazes de enfrentar as raízes da desigualdade e promover o direito pleno à cidade e ao trabalho digno.

Método

Essa pesquisa adota uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, com o objetivo de analisar os impactos da desindustrialização na precarização do trabalho na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVale). Segundo Gil (2008), a pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito, enquanto a pesquisa descritiva busca caracterizar, de maneira sistemática, as características de determinado fenômeno.

A investigação foi conduzida por meio de revisão bibliográfica e análise documental de dados secundários. A revisão bibliográfica compreendeu a seleção e

interpretação de livros, artigos acadêmicos e relatórios institucionais que abordam temas relacionados à desindustrialização, precarização do trabalho e desenvolvimento regional, com ênfase em autores como Antunes (2018), Cano (2007), Saboia (2010), Pochmann (2012) e Oreiro e Feijó (2010).

A análise documental incluiu a coleta e interpretação de dados estatísticos provenientes de fontes oficiais: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação Seade, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e boletins do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). O recorte temporal considerado vai da década de 1990 até a atualidade, permitindo observar tanto os primeiros sinais de desindustrialização no país e na região — identificados por Cano (2007) e Saboia (2010) — quanto seus efeitos mais recentes sobre o mercado de trabalho e a estrutura produtiva da RMVale.

Os dados foram organizados em categorias analíticas, definidas a partir da literatura e do material empírico:

- Total de empregos formais na indústria de transformação na RMVALE
- Precarização do trabalho, comparando o número de empregos formais e informais no Brasil
- Variação do salário médio dos trabalhadores formais na RMVALE.

A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se pela natureza do objeto de estudo, que envolve dinâmicas socioeconômicas complexas e requer uma compreensão interpretativa dos processos de transformação regional. Conforme Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, das motivações e das relações sociais, sendo apropriada para investigações que buscam aprofundar a análise de realidades multifacetadas.

Em sequência, foi realizada a triangulação entre literatura, estatísticas oficiais e análise crítica constituiu o principal procedimento metodológico para garantir a consistência e a validade dos resultados.

No desenvolvimento dessa pesquisa, utilizou-se a ferramenta ChatGPT, versão 5.0, em diferentes etapas do processo de elaboração. Especificamente:

- (i) Objetivos de uso: apoio na organização do escopo do projeto, sistematização preliminar de referências bibliográficas, sugestão de figuras ilustrativas e revisão textual quanto à adequação às normas da ABNT.
- (ii) Forma de utilização: a IA foi empregada como recurso auxiliar para estruturar ideias, sugerir referências complementares e revisar a formatação do texto conforme padrões acadêmicos.
- (iii) Validação dos resultados: todas as informações, dados e publicações indicados pela ferramenta foram confirmados por meio de consulta direta às fontes originais. Além disso, as sugestões de adequação às normas da ABNT foram confrontadas com manuais oficiais de normalização, garantindo a confiabilidade e a integridade científica

Resultados e discussão

Contextualização Regional: RMVale

A Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVale) ocupa uma posição estratégica entre os principais polos econômicos do Estado de São Paulo: a capital paulista, o litoral e o interior industrializado. Sua industrialização teve início no século XX, intensificando-se nas décadas de 1950 e 1960, com a instalação de grandes empresas nacionais e multinacionais, especialmente nos setores automobilístico, aeroespacial, metalúrgico e de bens de consumo duráveis. Como analisa Cano (2007), a interiorização industrial em São Paulo foi decisiva para a formação de novos espaços dinâmicos, entre os quais se destaca a região do Vale do Paraíba. Municípios como São José dos Campos, Taubaté, Pindamonhangaba e Jacareí consolidaram-se como centros industriais dinâmicos, impulsionados pela infraestrutura rodoviária, pela presença de instituições de ensino e pesquisa e pelos incentivos fiscais.

No contexto estadual e nacional, a RMVale tornou-se um polo de desenvolvimento tecnológico e industrial de grande importância. São José dos Campos, em particular, destacou-se como sede do setor aeroespacial brasileiro, abrigando empresas como a Embraer e centros de pesquisa como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA). Para Diniz (2001), a industrialização no interior paulista foi fundamental para desconcentrar o crescimento econômico, antes centrado na Região

Metropolitana de São Paulo, impulsionando o surgimento de novas centralidades produtivas como o Vale do Paraíba. A força industrial da RMVale contribuiu significativamente para a balança comercial paulista e nacional, gerando milhares de empregos qualificados e impulsionando cadeias produtivas em diversos segmentos.

Entretanto, a partir dos anos 2000, a RMVale começou a sentir os efeitos da desindustrialização, fenômeno intensificado pelas crises econômicas de 2014-2016 e, posteriormente, pela pandemia de COVID-19. Conforme aponta Saboia (2010), a desindustrialização no Brasil tem se caracterizado não apenas pela perda relativa da indústria no PIB, mas também pela queda absoluta no emprego formal do setor. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Fundação Seade mostram uma queda contínua no número de empregos industriais formais na RMVale, com fechamento de diversas plantas fabris, como ocorreu com unidades da Ford em Taubaté e da Johnson & Johnson em São José dos Campos. Segundo a Fundação Seade (2023), entre 2013 e 2022, o setor industrial da RMVale perdeu aproximadamente 20% dos postos formais de trabalho, evidenciando um processo de retração preocupante.

Os setores mais afetados pela desindustrialização na RMVale incluem a indústria automobilística, a metalurgia pesada e a indústria de transformação. O fechamento ou a reestruturação de fábricas nestes segmentos acarretou não apenas perdas diretas de emprego, mas também impactos negativos em toda a cadeia produtiva regional, aumentando a informalidade, o subemprego e a precarização das condições de trabalho. De acordo com Antunes (2018), a precarização do trabalho está diretamente associada à flexibilização e à instabilidade que marcam a dinâmica do capitalismo contemporâneo, especialmente em regiões afetadas pela perda da base industrial.

Esses dados revelam que, embora a RMVale ainda mantenha um perfil industrial importante, as transformações econômicas recentes colocam em risco a estabilidade e a qualidade do emprego na região, demandando novas estratégias de desenvolvimento, diversificação econômica e valorização do trabalho.

Precarização do Trabalho na RMVale

A precarização do trabalho tem se manifestado de forma intensa na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVale) como consequência direta dos processos de desindustrialização e reestruturação produtiva que atingem a região desde o início do século XXI. Segundo Antunes (2018), a precarização resulta da flexibilização dos direitos trabalhistas, da disseminação de formas atípicas de contratação e da instabilidade dos vínculos empregatícios no capitalismo contemporâneo.

Entre os principais indicadores da precarização observados na RMVale estão o aumento da informalidade, a expansão da terceirização, a proliferação de contratos temporários e a crescente utilização de plataformas digitais para intermediação de trabalho. De acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), a taxa de informalidade na região passou de 25% em 2013 para cerca de 32% em 2022, refletindo a perda de empregos formais tradicionais, especialmente nos setores industrial e de serviços. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) também aponta que, na RMVale, cerca de 36% da força de trabalho ocupada em 2022 estava em condições consideradas precárias, como o trabalho por conta própria sem registro e o emprego sem carteira assinada.

A terceirização, autorizada e ampliada com a Lei nº 13.429/2017, tornou-se uma prática comum nas grandes empresas da região, principalmente em setores de apoio logístico, manutenção e segurança. Como argumenta Druck (2011), a terceirização representa uma estratégia patronal para reduzir custos e transferir riscos trabalhistas, fragilizando o vínculo entre empregadores e trabalhadores. Além disso, contratos temporários de curta duração e formas de trabalho mediadas por aplicativos digitais têm se consolidado como alternativas precárias de geração de renda, caracterizadas pela ausência de garantias sociais, salários voláteis e jornadas irregulares.

Figura 3: *Salário médio dos Trabalhadores formais a preços de 2020*

	2012	2019	Varição
Estado de São Paulo	3.604,00	3.700,00	2,66
RMVale	3.452,00	3.222,00	-6,66
Caçapava	3.363,00	3.328,00	-1,04
Cruzeiro	3.542,00	3.364,00	-5,03
Guaratinguetá	3.150,00	3.226,00	2,41
Jacareí	3.435,00	3.495,00	1,75
Pindamonhangaba	3.578,00	3.480,00	-2,74
São José dos Campos	4.040,00	3.604,00	-10,79
Taubaté	3.692,00	3.174,00	-14,03

Fonte: Vieira, Edson; Santos, Moacir (2023)

Os impactos da precarização sobre os trabalhadores da RMVale são múltiplos. Observa-se a redução dos salários médios em comparação ao período de maior dinamismo industrial, a maior rotatividade no mercado de trabalho e a perda de direitos laborais historicamente conquistados, como acesso a benefícios previdenciários, férias remuneradas e estabilidade mínima no emprego. Relatórios do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e de observatórios regionais apontam que, em 2023, o rendimento médio dos trabalhadores informais na RMVale era 42% inferior ao dos trabalhadores formais.

A instabilidade gerada pela precarização contribui para o agravamento da vulnerabilidade socioeconômica na região, ampliando as desigualdades de renda e dificultando o planejamento de vida de amplos setores da população trabalhadora. Como destaca Castel (1998), a fragilização dos vínculos de trabalho compromete a inserção social plena dos indivíduos, empurrando parcelas crescentes da sociedade para zonas de exclusão e marginalidade.

Portanto, a precarização do trabalho na RMVale revela não apenas uma mudança na estrutura ocupacional da região, mas também a intensificação de processos de insegurança e desproteção social, exigindo a formulação de políticas

públicas voltadas para a valorização do trabalho decente e para a promoção de novas oportunidades de emprego de qualidade.

Articulação entre Desindustrialização e Precarização

A desindustrialização e a precarização do trabalho constituem fenômenos interligados que se retroalimentam. A perda de empregos industriais, tradicionalmente caracterizados por vínculos formais e melhores condições de trabalho, fragiliza o mercado de trabalho local, favorecendo a expansão de ocupações informais, temporárias e de baixa remuneração. Como apontam Pochmann (2012) e Antunes (2018), o enfraquecimento da indústria compromete a capacidade de geração de empregos de qualidade, deslocando os trabalhadores para posições mais instáveis e vulneráveis no setor de serviços ou na economia informal.

Na RMVale, esse processo é evidente: o fechamento de plantas industriais não foi acompanhado pela criação de novas alternativas produtivas de igual valor agregado, resultando em um mercado de trabalho fragmentado e precarizado. A interdependência entre desindustrialização e precarização reforça um ciclo de deterioração social e econômica que compromete o desenvolvimento sustentável da região.

Reações Sociais e Institucionais

Frente ao avanço da precarização, diferentes reações sociais e institucionais têm sido observadas na RMVale. Os sindicatos, ainda que fragilizados após mudanças legislativas como a reforma trabalhista de 2017, continuam atuando na defesa dos direitos trabalhistas e na busca por melhores condições de trabalho, principalmente nos setores ainda industrializados e em alguns segmentos de serviços.

Além da atuação sindical, políticas públicas voltadas à requalificação profissional, ao fomento da economia criativa e à atração de novos investimentos industriais têm sido implementadas por governos locais e estaduais. Entretanto, como adverte Druck (2011), essas iniciativas muitas vezes esbarram em dificuldades estruturais, como a baixa capacidade de planejamento de longo prazo e a resistência de setores econômicos em assumir compromissos sociais mais amplos.

Movimentos sociais, cooperativas e organizações da sociedade civil também têm desempenhado papel importante na construção de alternativas ao desemprego e à precarização, promovendo ações de formação, inclusão produtiva e empreendedorismo solidário, ainda que de forma localizada e limitada em escala.

Conclusão (Considerações Finais)

A análise realizada neste estudo evidencia que a desindustrialização da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVale) não apenas transformou a estrutura produtiva regional, como também intensificou processos de precarização do trabalho. A retração industrial verificada ao longo das últimas décadas resultou no aumento da informalidade, da terceirização, dos contratos temporários e da inserção de trabalhadores em plataformas digitais, configurando um mercado de trabalho mais instável e vulnerável.

Conforme apontado por Antunes (2018) e Castel (1998), as novas formas de inserção ocupacional acentuam a perda de direitos e ampliam as desigualdades sociais, tendências que se confirmam no contexto da RMVale. A queda nos rendimentos médios, o enfraquecimento dos vínculos empregatícios e o crescimento da instabilidade laboral são aspectos que exigem atenção não apenas dos formuladores de políticas públicas, mas também das instituições acadêmicas e dos movimentos sociais.

A pesquisa conclui que a superação dos desafios impostos pela transformação econômica da RMVale demanda estratégias que integrem a promoção de novas atividades produtivas, o incentivo à economia criativa, a requalificação profissional e o fortalecimento de políticas de proteção social. Além disso, destaca-se a necessidade de novas investigações que aprofundem a análise sobre as transformações recentes, considerando o impacto de fatores como a digitalização do trabalho e as mudanças nas dinâmicas territoriais.

Reconhece-se como limitação desta pesquisa a dependência de fontes secundárias e a ausência de trabalho de campo, o que abre possibilidades para estudos futuros que envolvam entrevistas, análise qualitativa aprofundada e comparação com outras regiões afetadas pela desindustrialização.

Observou-se, ainda, que a articulação entre desindustrialização e precarização reforça um ciclo de deterioração socioeconômica, dificultando a reversão dos efeitos da crise industrial. Apesar das reações sociais e institucionais — como a atuação sindical, a formulação de políticas públicas e o fortalecimento de movimentos sociais —, os avanços ainda são insuficientes diante da magnitude dos desafios regionais.

Por fim, a superação dos problemas identificados exige, portanto, uma ação integrada e coordenada entre os diversos agentes sociais, capaz de reverter a tendência de precarização e construir bases para um novo ciclo de desenvolvimento inclusivo e sustentável na RMVale.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital.* São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).* Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/empregador/caged>. Acesso em: 20 abr. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).* Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/empregador/rais>. Acesso em: 20 abr. 2025.

CADERNOS METRÓPOLE. Precarização do trabalho, nova informalidade e território. *Cadernos Metrópole*, v. 26, n. 59, 2024.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.* 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELO BRANCO, Pedro Mendonça; JARD, Sidney. **Precários, mas organizados: a estratégia de resistência dos uberizados.** *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 26, n. 59, p. 123-142, 2024.

CANO, Wilson. *A desconstrução: a economia brasileira dos anos 1980 aos nossos dias.* São Paulo: Unesp, 2007.

CLEMENTINO, M. L. M.; ARAÚJO, J. B.; MIOTO, B. T. **Precarização do trabalho e nova informalidade no urbano: permanências e transformações.** Cadernos Metrópole, São Paulo, v. 26, n. 59, p. 9-17, 2024.

DINIZ, Clélio Campolina. *Economia regional: fundamentos e teoria.* São Paulo: Atlas, 2001.

DRUCK, Graça. *Terceiriza o: (des)fordist society and new forms of exploitation of workers.* Cadernos CRH, Salvador, v. 24, n. 63, p. 49-67, jan./abr. 2011.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. *Boletim de Conjuntura do Trabalho na RMVale, 2023.* São Paulo: DIEESE, 2023.

FERNANDES, Bruno Siqueira; PEREGALLI, Alessandro; CANETTIERI, Thiago. **Costurando a cidade: crise do capital, urbaniza o logística e entregadores de aplicativo.** *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 26, n. 59, p. 97-121, 2024.

FIORAVANTI, L via Maschio; MARTINS, Felipe Rangel; RIZEK, Cibele Saliba. **Plataformas digitais e fluxos urbanos: dispersão e controle do trabalho precário.** *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 26, n. 59, p. 69-96, 2024.

FUNDA O SEADE. *Informa es sobre o mercado de trabalho da RMVale.* São Paulo: Funda o Sistema Estadual de Análise de Dados, 2023.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social.* 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa industrial anual.* Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

JABBOUR, Elias; BOA NOVA, Vítor; VADELL, Javier. **“O caminho chinês”: desenvolvimento desigual, projeto e socialismo.** *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 26, n. 59, p. 377-399, 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.* 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Caos e nova temporalidade do sistema-mundo contemporâneo.** *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 26, n. 59, p. 355-376, 2024.

MUNIZ, Alexsandra Maria Vieira; COSTA, Maria Clélia Lustosa da; QUEIROZ, Emanuelton Antony Norberto de. **Trabalho precariado e plataformiza o:**

comércio no circuito inferior da economia. *Cadernos MetrÓpole*, São Paulo, v. 26, n. 59, p. 43-68, 2024

OREIRO, José Luis; FEIJÓ, Carmem A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Revista de Economia Política*, v. 30, n. 2 (118), p. 219-232, 2010

POCHMANN, Marcio. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira.* São Paulo: Boitempo, 2012.

RIBEIRO, M. G. **Estrutura sócio-ocupacional das metrópoles brasileiras: mudanças e permanências em 40 anos.** *Cadernos MetrÓpole*, 26(59), 19-42, 2024.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; MATELA, Igor Pouchain; DINIZ, Nelson. **O urbano como antinação: para entender a crise das metrópoles brasileiras.** *Cadernos MetrÓpole*, São Paulo, v. 26, n. 59, p. 309-331, 2024.

SABOIA, João. *Desindustrialização no Brasil: conceituação, causas, consequências e perspectivas.* In: CARNEIRO, Ricardo (org.). *Desindustrialização: causas e consequências.* Campinas: Unicamp, 2010. p. 47-76.

SANTOS, Eduardo Abramowicz; SANTOS, Rodrigo Otávio. **Precarização do trabalho e precarização do território: uma análise da urbanização brasileira.** *Cadernos MetrÓpole*, São Paulo, v. 26, n. 59, p. 169-189, 2024.

SANTOS, Moacir José dos; VIEIRA, Edson Trajano. Desindustrialização e desenvolvimento regional no Brasil: o caso da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. In: AMARAL, Jorge; PEREIRA, Manuel; SILVA, António (org.). *Estudos de Homenagem a José da Silva Costa.* 1. ed. Porto: U. Porto Press, 2023. p. 480-494.